

LÍNGUA PORTUGUESA E LUSOFONIA:

história,
cultura
e sociedade

Neusa Barbosa Bastos
organizadora

educ

IP-PUC-SP

LÍNGUA PORTUGUESA E LUSOFONIA
história, cultura e sociedade

Neusa Barbosa Bastos
(organizadora)

educ **IP-PUC-SP**

São Paulo
2016

Os estudos lusófonos como campo de investigação*

*Moisés de Lemos Martins***

No atual contexto da globalização, que é uma realidade comandada pelas tecnologias da informação e cuja natureza é eminentemente económico-financeira, pensamos que os estudos sobre a lusofonia impõem, pelo menos, três direções complementares de investigação. Se nos cingirmos a um ponto de vista pós-colonial, podemos interrogar, por um lado, as narrativas lusófonas como construção, a várias vozes, de uma comunidade geocultural transnacional e transcontinental. Podemos interrogar, igualmente, as políticas da língua e da comunicação como combate simbólico pela afirmação de uma comunidade plural, na diversidade de povos que falam o português. E podemos interrogar, ainda, a complexidade do movimento de interpenetração das culturas. Um tal movimento

* Este artigo é a reescrita do texto de “Apresentação” do livro *Lusofonia e interculturalidade. Promessa e travessia*, por mim organizado e publicado pela Húmus, em 2015.

** Professor catedrático de Ciências da Comunicação na Universidade do Minho (Braga, Portugal). Dirige o Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CeCs). É autor de vários livros, entre os quais: *Para uma inversa navegação – O discurso da identidade* (Afrontamento, 1996); *A linguagem, a verdade e o poder – Ensaio de semiótica social* (Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2002); *Crise no Castelo da Cultura – Das estrelas para as telas* (Annablume, 2011); e *Lusofonia e interculturalidade - Promessa e travessia* (Húmus, 2015). Preside, desde 2012, a Confederação Ibero-Americana das Associações Científicas e Académicas de Comunicação (Confibercom), tendo presidido à Federação Lusófona de Ciências da Comunicação – Lusocom, de 2011 a 2015.

compreende, com gradações diversas, colonialismo, neocolonialismo e pós-colonialismo, na relação entre povos, e traduz, de igual maneira, encontro, assimilação e dominação, na interação entre nós e o outro.

Tendo em atenção diferentes contextos nacionais, os estudos lusófonos movem-se, acima de tudo, no espaço pluricontinental em que a língua portuguesa é língua oficial. Com efeito, não podem deixar de interrogar o modo como o português modelou a história e a cultura de diferentes povos e se estabeleceu como fator da sua identidade, ou seja, como tempo e espaço que os situa, histórica e culturalmente. Na senda dos estudos pós-coloniais, os estudos lusófonos interrogam a interpenetração identitária de nós com o outro, aberta pela expansão portuguesa dos séculos XV e XVI, uma realidade complexa e contraditória, onde se misturam águas ainda revoltas e em convulsão.¹

Os estudos lusófonos não podem deixar de projetar a lusofonia como realidade híbrida, miscegenada, e como construção, assumindo, todavia, o risco de comprovarem a conhecida tese atribuída a Bernard Shaw, de que podemos ter uma língua comum para mais facilmente nos desentendemos.²

1 Sobre a complexidade e o caráter controverso do termo e do conceito lusofonia, assim como sobre a sua contextualização, no quadro das várias *fonias* (francofonia, anglofonia e hispanofonia), escreveu Carlos Alberto Faraco, linguista brasileiro, o texto “Lusofonia: utopia ou quimera? Língua, história e política”. E caracteriza-a, com marcada ironia e distanciamento: “Diz-se Lusofonia com uma vibração especial das cordas do coração, com um senso de lírica pertença a uma indefinida comunidade transnacional e intercontinental unida pelo imaginário da mesma língua e de tudo que o acompanha” (Faraco, 2012, p. 32).

O linguista português Ivo Castro (2010) é, todavia, muito ácido relativamente ao sentido geral do texto de Carlos Alberto Faraco, vendo nele “um forte ataque à ideia de Lusofonia” (ibid., p. 66), e também o “pretexto” para combater “a política de cooperação no ensino e na difusão da língua promovida por Portugal, sobretudo através do Instituto Camões” (ibid., p. 68).

2 Convoco aqui uma notável paráfrase de Couto (2007) a uma conhecida citação atribuída a Bernard Shaw: “*England and America are two countries separated by a common language*” [Inglaterra e Estados Unidos são dois países separados por uma língua comum]. Afirma Couto: “Detenho-me na palavra descolonização [...] Ainda hoje, para muitos portugueses o que aconteceu em África foi que Portugal, com o 25 de Abril, aceitou, enfim, descolonizar os territórios africanos. Ora, parece-nos a nós, africanos, que é preciso acertar o sujeito do verbo. Não foi Portugal que descolonizou os países africanos. A descolonização só pode ser feita pelos próprios colonizados.

Da globalização cosmopolita à globalização multiculturalista

Na comunidade lusófona, de 250 milhões de falantes, apenas uma minoria concebe as suas pertenças a partir da língua comum. Nessas circunstâncias, podemos perguntar-nos se o lugar da lusofonia pode ser coisa diferente de um lugar de “lusófonias”, para falar como Couto (2009). Ou seja, podemos perguntar-nos se o lugar da lusofonia pode ser outra coisa que um lugar de não conhecimento e de não reconhecimento das comunidades desse espaço geocultural transnacional e transcontinental.³

Muitos se interrogam, por outro lado, se a questão lusófona pode remeter, porventura, para coisa diferente de uma centralidade portuguesa no relacionamento dos países que têm o português como língua oficial. Muitos se interrogam, com efeito, se aqueles que tomam a questão lusófona como assunto de primeira importância no estudo das relações interculturais, no atual mundo globalizado, não estarão a disfarçar uma visão neocolonial na relação entre povos, servindo, por um lado, uma serôdia recauchutagem da teoria luso-tropicalista e, por outro lado, o refúgio imaginário de uma nostalgia imperial. E, na verdade, se a questão lusófona se resumisse aos seus equívocos neocoloniais, seria caso para “acabar de vez com a lusofonia” (Ribeiro, 2013), porque não é destino para país algum deixar-se apagar pela centralidade portuguesa (Ngomane, 2012).

A ideia de lusofonia inscreve-se no contexto do atual debate sobre a globalização, que é, como referi, uma realidade comandada pelas tecnologias da informação e cuja natureza é eminentemente económico-financeira. Essa ideia de globalização dá-nos uma identidade definida, ou seja, definitiva, uma identidade de indivíduos móveis, mobilizáveis, competitivos e performantes no mercado global. Exprime, além disso, uma concepção cosmopolita de cultura, a cultura-mundo, uma cultura da unidade, servida por uma única língua, o inglês. A globalização cosmopolita, fundada nas tecnologias da informação e na economia, não pode ser contrariada por indivíduos solitários e impotentes, nem por estados-nações em crise.

E nós, todos nós, sem exceção, éramos colonizados. Descolonizámo-nos uns aos outros, uns e outros” (ibid.).

- 3 Dou o exemplo de Moçambique e convoco Couto (2009, pp. 192-193): “O governo moçambicano fez mais pela língua portuguesa que os 500 anos de colonização. Mas não o fez por causa de um projecto chamado lusofonia. [...] Fê-lo pelo seu próprio interesse nacional, pela defesa da coesão interna, pela construção da sua própria interioridade”.

A globalização cosmopolita é contrariada, todavia, pela globalização multiculturalista, que reúne os povos de áreas geoculturais alargadas, promove e respeita as diferenças, dignificando, do mesmo passo, as línguas nacionais. A globalização multiculturalista é feita pela mistura, pela miscigenação de etnias, línguas, memórias e tradições.⁴

É esse o contexto em que se inscreve a lusofonia, um movimento multicultural de povos que falam uma mesma língua, o português. A lusofonia, ao invés da homogeneização empobrecedora e de sentido único, estabelecida pela globalização cosmopolita, tem a virtude do heterogêneo e a sedução de uma rede tecida de fios de muitas cores e texturas, uma rede capaz de resistir à redução do diverso a uma unidade artificial.

Não podemos, no entanto, deixar de nos manter vigilantes sobre os muitos equívocos que atravessam o conceito de lusofonia:

- Os equívocos de uma centralidade portuguesa;
- Os equívocos da reconstituição, em contexto pós-colonial, de narrativas do antigo império, hoje com propósitos neocoloniais, sejam eles conscientes ou inconscientes;
- Os equívocos do luso-tropicalismo, renascente e redivivo, de uma “colonização doce”, que hoje tanto pode glorificar o antigo país colonial como exaltar os atuais países independentes;
- E ainda, os equívocos de algum discurso pós-colonial, que propõe a narrativa de uma história de ressentimento, um discurso que exige uma vindicta histórica, uma revanche serôdia, a pretexto de resgatar a memória de um passado colonial.⁵

Imaginários e trajetórias da lusofonia

Mais do que objeto de mera curiosidade histórico-linguística ou até histórico-cultural, a ideia de lusofonia é hoje tema em que é investida paixão. E, de igual modo, nela são investidos interesses: políticos, estratégicos, econômicos e sociais, e sobretudo interesses culturais. Tais interesses têm a ver não apenas com aquilo que os países lusófonos foram como colônias, línguas e culturas no passado, mas também, sobretudo,

4 Sobre a tensão entre a globalização cosmopolita e a globalização multiculturalista, ver (Martins, 2011). “Globalization and Lusophone world. Implications for Citizenship”.

5 Sobre os equívocos da lusofonia, ver Martins (2014), “Língua Portuguesa, globalização e lusofonia”.

com o presente e com o destino do “continente imaterial” que esses países constituem (Martins, 2006, pp. 15-18).

As figuras de lusofonia e de comunidade lusófona não remetem para um imaginário único. Remetem, obrigatoriamente, para *múltiplos* imaginários lusófonos. Nesse sentido, aquilo que os portugueses entendem por lusofonia só em parte poderá coincidir com aquilo que o Brasil, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo-Verde, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste e Galiza imaginam e concebem como tal. Com efeito, o imaginário lusófono tornou-se, definitivamente, o imaginário da *pluralidade* e da *diferença* (Lourenço, 1999, p. 112).

Por essa razão, dar sentido à Lusofonia é entendê-la como inextricavelmente portuguesa, brasileira, angolana, moçambicana, guineense, cabo-verdiana, são-tomense, timorense, galega, assim como de todas as diásporas desses povos. Como assinala Fiorin (2006, p. 46),

É necessário que não haja autoridade paterna dos padrões lusitanos. [...] A lusofonia não será pátria, porque não será um espaço de poder ou de autoridade. Será mãe e será irmã, porque deve ser o espaço dos iguais, dos que têm a mesma origem. Se assim não for, ela não terá nenhum significado simbólico real, será um espaço do discurso vazio de um jargão político sem sentido.

Ou seja, o espaço cultural da lusofonia e a comunidade e a confraternidade de sentido e de partilha comuns só podem realizar-se pela assunção da pluralidade e da diferença e pelo conhecimento aprofundado de uns e de outros.

Não pode, todavia, deixar de pesar na lusofonia o facto de residirem no Brasil 85% dos falantes do português. E da mesma forma, também não é alheio ao destino da lusofonia o facto de essa expressão ser sobretudo utilizada em Portugal, tanto em termos políticos, estratégicos, económicos e comerciais, como em termos sociais e culturais, quando, em contrapartida, os africanos a encaram, de um modo geral, com grande reserva, senão mesmo com hostilidade.⁶

6 Analisando os portais governamentais dos países da CPLP, Brito e Bastos publicam, em 2011, no *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, um artigo sobre matérias relacionadas com a lusofonia, que confirmam a adesão entusiasta de Portugal à questão lusófona, por um lado, a relativa naturalidade com que a lusofonia aparece no portal do governo brasileiro, por outro, e ainda a discrição, senão a significativa ausência, de tratamento desta questão nos outros portais governamentais (Brito e Bastos, 2011).

Está ainda por fazer um mapeamento rigoroso da origem, da história e dos usos da palavra e do conceito de lusofonia. Castro, por exemplo, contesta a conclusão a que chega Carlos Alberto Faraco de que a ideia de lusofonia seja “uma construção portuguesa, criada como instrumento de influência sobre as antigas colônias africanas e de travão das acções do Brasil no espaço lusofalante” (Castro, 2010, p. 66). E a origem, a história e as práticas da comunidade lusófona de ciências da comunicação constituem um testemunho exemplar, em abono do ponto de vista de Castro. Foi em Sergipe, na Universidade Federal, e não em nenhuma universidade portuguesa, que, em 1998, foi criada a Federação Lusófona de Ciências da Comunicação – Lusocom. E o primeiro presidente dessa Federação foi o investigador brasileiro, José Marques de Melo, professor emérito da Universidade de São Paulo, que aliás havia sido, também, o principal instigador da sua criação.

Mas Carlos Alberto Faraco vai mais longe no seu diagnóstico e aventura-se por afirmações que nos parecem um tanto temerárias, ao assinalar, por exemplo, que em 10 anos, de 1997 a 2007, não há nenhum livro brasileiro que tenha a palavra Lusofonia no título, a não ser *Os sabores da lusofonia*, de Hamilton, em 2005 – “não por acaso um livro de culinária”, como comenta, ironizando (Faraco, 2012, p. 40).

Essa informação está longe de ser rigorosa. Em 2002, Vamireh Chacon, cientista político, professor da Universidade de Brasília, publicou *O Futuro Político da Lusofonia*, numa edição transcontinental (Lisboa e São Paulo), pela Editoria Verbo. Em 1998, foram publicados pela Universidade Federal de Sergipe os livros de atas do *II Lusocom, Encontro Lusófono de Ciências da Comunicação* (assim referido na capa), em dois volumes. Destacam-se três artigos, que integram o I volume: “Lusofonia midiática: a cooperação Brasil-Portugal”, do professor brasileiro, José Marques de Melo; “As ciências da comunicação no espaço lusófono (perspectiva e proposta)”, do professor português, Aníbal Alves; e “Comunicar Lusofonia”, do investigador angolano Albino Ramos.

Por sua vez, a Universidade Pontifícia Católica de São Paulo, a partir de 2004, passou a agregar ao seu tradicional Congresso de Língua Portuguesa, um congresso bienal, então na 11ª edição, o Congresso Internacional de Lusofonia. Desse modo, o primeiro livro a ser publicado no âmbito dessas realizações científicas teve o seguinte título: *Língua Portuguesa – Reflexões Lusófonas*. Na nota de apresentação desse livro, publicado em 2006, a organizadora da edição, professora Neusa Bastos, esclarece-nos sobre o seu entendimento de lusofonia: “Entendemos por lusofonia o conjunto dos falantes de português como língua materna

ou não, sendo portanto um sistema de comunicação linguístico-cultural no âmbito da língua portuguesa em todas as suas variantes linguísticas” (Bastos, 2006, p. 9).

Cinco artigos dessa obra têm no título a palavra lusofonia. Um dos artigos, da autoria do professor moçambicano, Eduardo Namburete, da Universidade Eduardo Mondlane, introduz uma nota de discordância: “Língua e lusofonia: a identidade dos que não falam português”. Escreve então:

Lusofonia pode significar *nós*, mas um *nós* que é apenas consensual sob o ponto de vista político, dos governos dos Estados. O *nós* da Lusofonia ainda é controverso entre académicos e estudiosos, visto que ainda desperta posições muito degladiantes e, muitas vezes, fantasmas do passado. (Namburete, 2006, p. 63)

Mais adiante, Namburete esclarece o seu propósito: procura discutir “o lugar das línguas nativas dos países africanos colonizados por Portugal, com particular referência a Moçambique, em relação à língua portuguesa, que é, muitas vezes, apresentada como sendo o denominador comum no âmbito da lusofonia” (ibid., p. 65)⁷.

Logo em 2003, dá-se a criação, no Brasil, da revista científica, *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*. Foi responsável pela edição a Federação Lusófona de Ciências da Comunicação – Lusocom. A iniciativa de criação da revista é a Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares em Comunicação (Intercom), com sede em São Paulo. E são indicadas como entidades associadas da Intercom, a Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (Sopcom), a Associação Angolana de Estudos de Comunicação (Angocom), a Associação Moçambicana de Estudos de Comunicação (Amescom) e a Asociación Galega de Investigadores en Comunicación (Asgip). Tanto em 2003, como em 2004, são assinalados na capa o título da revista e o nome da entidade científica que a edita.

A partir de 2005, a revista torna-se temática. Por essa razão, além do nome do título da revista e da referência à Lusocom, também o tema passa

7 A propósito do uso do termo lusofonia, deve ser assinalado, que a professora da Sorbonne, Armelle Enders, uma grande especialista da cultura brasileira, havia imposto, a partir de 1995, a expressão “África lusófona”, com o livro que então publicou em Paris, nas Éditions Chandeigne, intitulado *L’Afrique Lusophone*. Esse livro viria a ser traduzido em português, pela Editorial Inquérito (Lisboa), em 1997.

a constar na capa. Título do tema em 2005: *Comunicação, Identidades, Migrações e Culturas na Lusofonia*. E em 2006: *Do Local ao Global nos Meios de Comunicação Lusófonos: especificidades nacionais, fluxos e contrafluxos*.⁸

Em 2003, dois artigos em sete do *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona* têm a palavra lusofonia no título, sendo um, todavia, de autores portugueses. Benalva Vitório, professora da Universidade Católica de Santos (Brasil), escreve o artigo: "Lusofonia: proposta para a reinvenção de uma comunidade" (Vitório, 2003). E Lídia Silva e Jorge Ferraz de Abreu, ambos professores da Universidade de Aveiro, escrevem: "Cidades digitais – o novo 'urbanismo' potencial catalizador da lusofonia" (Silva e Abreu, 2003). Em 2004, apenas um artigo tem lusofonia no título. Trata-se do artigo: "Considerações em torno da relação entre língua e pertença identitária no contexto lusófono" (Brito e Martins, 2004). Curiosamente, um dos autores é brasileiro, da Universidade Presbiteriana Mackenzie, de São Paulo, sendo português o outro, da Universidade do Minho. Trata-se do primeiro artigo em coautoria, que traduz uma efetiva cooperação luso-brasileira.

Em 2005, três artigos em 15 têm a palavra lusofonia no título. Dois são de autoras portuguesas e apenas um de autoria brasileira. Isabel Ferin Cunha, professora da Universidade de Coimbra, escreve: "Das imagens dos media aos media: fragmentos do espaço lusófono" (Cunha, 2005).

8 Apenas em 2007, o *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona* passa a ser editado em Portugal, numa parceria entre a Sopcom e o Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (Cecs), da Universidade do Minho. São editados, nessas circunstâncias, cinco volumes.

Em 2012, todavia, a Comunidade Galega de Ciências da Comunicação, então rebatizada como Agacom (Asociación Galega de Investigadores e Investigadoras de Comunicación), torna-se editora da revista. E fá-lo até 2014. Em 2015, é de novo a Intercom que edita o *Anuário*. Mas em 2006, já a Universidade de Santiago de Compostela realizara o VII Congreso de Comunicación Lusófona, sob o tema *Comunicación Local no Espazo Lusófono* (que é, aliás, também título do respetivo livro de atas, editado em 2007). Apenas dois artigos têm a lusofonia no título, um de autores portugueses, outro de autores brasileiros. Moisés de Lemos Martins, Helena Sousa e Rosa Cabecinhas publicam: "Lusocom: Estudo das políticas de comunicação e discursos no espaço lusófono". E Regina Brito, Rosemeire Faccina e Vera Lúcia Busquets publicam: "Comunicação intercultural no espaço lusófono. A música e a cultura brasileiras em Timor Leste".

Sobre o *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, consultar: <www.lusocom.org>.

E Lídia Silva intitula o seu artigo: “Qual o papel da Internet na promoção da (in)existência de laços entre os investigadores da comunidade lusófona?” (Silva, 2005). Por sua vez, Benalva Vitório escreve: “Identidade lusófona como proposta pedagógica” (Vitório, 2005).

Em 2006, último ano em que o *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona* é editado no Brasil, nenhum artigo dos 13 publicados na revista tem a palavra lusofonia no título. Mas é de assinalar um artigo de colaboração luso-brasileira, escrito por Jorge Pedro Sousa, da Universidade Fernando Pessoa, do Porto, e Maria Érica Lima, da Universidade Metodista de São Paulo. O artigo intitula-se: “A cobertura do atentado contra a escola de Beslan em seis newsmagazines portuguesas e brasileiras” (Sousa e Lima, 2006).

Entretanto, de 1997 e 2014, a comunidade lusófona, sobretudo de brasileiros, portugueses e galegos, mas também de moçambicanos, angolanos, cabo-verdianos, guineenses, são-tomenses e timorenses, realiza 11 congressos da Lusocom: o I Congresso, na Universidade Lusófona, em Lisboa; o II, na Universidade Federal de Sergipe, em Aracajú; o III, na Universidade do Minho, em Braga; o IV, na Universidade de Santos, em São Vicente; o V, na Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo; o VI, na Universidade da Beira Interior, na Covilhã; o VII, na Universidade de Santiago de Compostela; o VIII, na Universidade Lusófona, em Lisboa; o IX, na Universidade Paulista de São Paulo; o X, na Universidade de Lisboa; o XI, na Universidade de Vigo, em Pontevedra. Ou seja, cinco congressos da Lusocom são realizados em Portugal, três no Brasil, dois na Galiza e um em Moçambique.⁹

Quando a Intercom e a Sopcom abrem, em 2007/2008, essa área de estudos sobre questões lusófonas, o que então se procura, antes de mais, é fazer um levantamento das comunidades lusófonas de ciências da comunicação nos diversos países da lusofonia, sobretudo em Portugal e no Brasil, mapeando o campo, quanto aos projetos de ensino, às linhas de pesquisa e aos desafios científicos que há que enfrentar. Tratando-se de comunidades que se desconhecem completamente, procura-se, então, através de congressos anuais, preencher o fosso que as separa, de modo a que rapidamente se possa passar à fase da criação de redes de cooperação científica, antes de mais entre investigadores de Portugal e do Brasil,

9 Sobre os congressos da Federação Lusófona de Ciências da Comunicação (Lusocom), consultar <www.lusocom.org>.

estendendo também a cooperação à Comunidade Galega de Ciências da Comunicação, e tendencialmente, a todo o espaço lusófono, seja de países de língua oficial portuguesa, seja de falantes nas suas muitas diásporas.¹⁰

Lutar pela ordenação simbólica do mundo

Num tempo pós-colonial e globalizado, as opções linguísticas e culturais exprimem a luta pela ordenação simbólica do mundo. O que se joga nesta luta é a divisão da comunidade internacional em áreas culturais,

10 Para os investigadores que fundaram o Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (Cecs), na Universidade do Minho, em 2001, a questão lusófona tornou-se objeto de estudo alargado, logo a seguir ao I Congresso da Lusocom, realizado em Lisboa, em 1997. “Espaço lusófono – língua portuguesa e identidade lusófona”, assim se intitulou o primeiro projeto de investigação neste domínio. Disponível em: <<http://www.comunicacao.uminho.pt/cecs/publicacoes.asp?startAt=2&categoryID=1056&newsID=4229>>. Acesso em: 12 fev. 2014.

Em 1999, o Cecs, em parceria com a Sopcom, realizou o III Encontro Lusófono de Ciências da Comunicação, sob o tema *As Ciências da Comunicação no Espaço Lusófono*. Disponível em: <www.lasics.uminho.pt/lusocom/>.

As atas desse congresso foram publicadas em dois volumes da revista *Comunicação e Sociedade*, o v. 2 (2000) e o v. 3 (2001). Disponível em: <<http://revistacomsoc.pt/>>.

Em 2005, O Cecs realizou a I Conferência Internacional Comunicação e Lusofonia. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20051226232858/http://www.comunicacao.uminho.pt/eve/conf_comlusofonia.htm>. Acesso em: 12 fev. 2014.

O livro de atas dessa conferência foi publicado, em 2006, por Moisés de Lemos Martins, Helena Sousa e Rosa Cabecinhas, com o título: *Comunicação e Lusofonia. Para uma abordagem crítica da cultura e dos média*.

Entretanto, a partir de 2007 e até 2011, o Cecs, em parceria com a Sopcom, editou o *Anuário Internacional da Comunicação Lusófona*. Temas: *Os Média no Espaço Lusófono* (2007); *Comunicação e Cidadania* (2008); *Memória Social e Dinâmicas Identitárias* (2009); *Lusofonia e Sociedade em Rede* (2010) e *Lusofonia e Cultura-Mundo* (2011). Disponível em: <www.lusocom.org>.

Como observações gerais, pode dizer-se que, nesses anos, generalizou-se o uso da palavra lusofonia no título dos artigos. Assim como se generalizou a autoria coletiva de artigos. Mas apenas em casos muito específicos, a autoria é partilhada entre investigadores de países diferentes. Refiro-me a um ou outro caso de orientandos de doutoramento que partilham a autoria com os seus orientadores.

dando forma àquilo a que Huntington (1996), adotando uma “metodologia do alarme” contra o fundamentalismo islâmico (Moreira, 2004, p. 4), chamou a guerra das culturas.

Essa guerra simbólica, uma guerra político-cultural, foi identificada e antecipada, desde os anos 1930 por Gilberto Freyre, o primeiro pensador a formular uma teoria geral do fenómeno do encontro de etnias e culturas, no quadro unificador do modelo político da colonização europeia (Moreira, 2000, p. 18 e Chacon, 2002, p. 134). Dando conta de um mundo pela primeira vez globalizado, em que, pelo domínio dos mares, a história ocidental se converteu pela primeira vez em história mundial, o luso-tropicalismo propôs-nos a ideia de espaço multi e interculturalista. Não nos propôs sobretudo, nem necessariamente, o “modo português de estar no mundo” (Castelo, 1998), por se tratar do “mundo que o português criou” (Freyre, 1940), como o Estado Novo salazarista o adotou nos anos 1950 e 1960.¹¹ Propôs-nos, sim, um multiculturalismo com uma língua como pátria, ou seja, propôs-nos um multiculturalismo com um corpo vivo, sonoro, sensível, e também imaterial, que torna possível sonhar e inventar o mundo aos indivíduos e povos que falem português.

Diga-se, entretanto, ainda com as palavras de Eduardo Lourenço, que cada um apenas tem verdadeiramente a pátria que se inventa, quer dizer, a casa ideal onde o que é e o que faz se lhe volve transparente e fora do qual se sente, por assim dizer, *perdido*. E é por essa razão e nesse sentido que “não é Portugal ou os países lusófonos que falam português, é a língua portuguesa que fala Portugal e esses países” (Lourenço, 1999, p. 185). Como acentua Couto (1993, p. 7), referindo-se a Moçambique,

necessitamos de uma certa terapêutica na relação com a nossa herança europeia e asiática. A Europa e a Ásia não são apenas realidades geográficas exteriores. A Europa e a Ásia existem dentro de nós, africanos, como fios de um tecido em construção. Esse tecido é a nossa modernidade.

Desse modo, diante do imparável processo da globalização cosmopolita, que pela economia e pela tecnologia se erguem diante de nós, deslocalizando-nos, desfazendo fronteiras, diluindo memórias, virtualizando paisagens, aquilo que motiva a Lusofonia como coisa sua é a globalização multiculturalista, dentro de áreas culturais específicas.

11 Sobre “O global numa visão lusocêntrica”, interrogando “o mundo português” da Exposição de 1940, consultar Martins, Oliveira e Bandeira (2011).

Aquilo que se joga nessa luta simbólica entre globalização cosmopolita e globalização multiculturalista é o poder de definir a realidade, assim como também o poder de impor, internacionalmente, essa definição, quero dizer, essa di/visão. Nesse entendimento, a figura de lusofonia não é uma coisa diferente da realidade social das distintas comunidades nacionais onde se processa esse combate simbólico. E é pelo facto de as representações sociais da realidade não serem estranhas à própria realidade social dos países que as formulam, que, a meu ver, devem ser reavaliadas as formulações que tendem a negar à figura de lusofonia não apenas a eficácia simbólica, como também toda a eficácia política.

Esse entendimento me impede de consentir na ideia de que nada há realmente que se possa designar, com verdade, como cultura e comunidade lusófonas. E, do mesmo modo, de que a comunidade lusófona não tem ainda sujeito próprio, uma vez que nada haveria que pudéssemos considerar como uma mitologia vivida em comum ou como uma autoimagem identitária partilhada. Ou de que nada haveria que pudéssemos interpretar como a partilha efetiva de valores e de modos de estar no mundo com que a comunidade lusófona se confrontasse.¹²

Basta pensarmos na experiência que está a ser vivida no campo das migrações pela Comunidade de Povos de Língua Portuguesa (CPLP), e também no campo das suas distintas literaturas. Servidos um e outro por particulares políticas da língua, quer o campo das migrações, quer o campo das distintas literaturas lusófonas, constituem a cabal demonstração

12 Esse entendimento é, no entanto, classificado por Fontana (2009) como uma idealização romântica, fundada numa monumentalização da língua. Seria sobre esta idealização que se estabeleceria a retórica da imandade, da solidariedade, da cooperação e da tolerância. E Faraco, por sua vez, radicaliza esse argumento: “Nesse discurso de exaltação e celebração, não há, evidentemente, espaço para uma leitura crítica da exploração colonial. Ou do papel central que os luso-brasileiros exerceram no tráfico internacional de escravos africanos durante 300 anos; não há espaço para discutir o estado de imensa miséria social, econômica e cultural em que foram deixados, no momento da independência, os territórios africanos e asiáticos que estiveram sob o domínio português; não há espaço para deixar visíveis a ideologia e as práticas racistas do colonialismo português na África; não há também espaço para compreender a heterogeneidade dos diferentes países, salvo se ela puder ser reduzida ao exótico e devidamente folclorizada (a culinária, por exemplo) [...] e, mais ainda, não há espaço para se reconhecer e discutir o fato de que a língua portuguesa funciona socialmente também como forte fator de discriminação e exclusão nas sociedades em que é falada” (Faraco, 2012, pp. 41-42).

de que a cultura e o progresso são filhos da mistura. Podemos dizer, por outro lado, que a simples existência dessa comunidade permite acalentar a esperança de que a convergência dos países culturalmente solidários, prestando uma solidária homenagem a iguais valores de paz e de desenvolvimento, possa tornar mais forte e mais escutada a voz com que afirmam a sua presença na ordem internacional em mudança (Martins, 2006, p. 10).

Num tempo pós-colonial, marcado, todavia, pela globalização, interculturalismo e multiculturalismo, o espaço cultural da lusofonia, que tem implícita a ideia de pertença identitária, pelo facto de um conjunto de povos e suas diásporas falarem uma mesma língua, não dispensa nunca a consideração, em distintas regiões do globo, de realidades nacionais multiculturais heterogêneas, com a língua portuguesa a ter que se relacionar com outras línguas locais e a ter que entrar em muitos casos em competição com elas.

Considerações finais

Nas atuais circunstâncias de globalização do mundo pela potência tecnológica, preservar a língua própria, no caso a língua portuguesa, expoente máximo da cultura daqueles que a falam, “é saber fortificá-la, tanto na comunicação diária, como na comunicação global” (Martins, 2012, p. 249)¹³. E da mesma forma que os profissionais da comunicação social e os professores de língua e cultura portuguesa devem entender-se como instrumentos ativos dessa fortificação, assim também os investigadores de ciências sociais e humanas devem desempenhar papel equivalente.

Sabemos que entre Portugal e Brasil e também entre esses países e os países africanos de língua oficial portuguesa, o intercâmbio pedagógico, científico, cultural e artístico, assim como o intercâmbio de alunos e professores, e ainda, o intercâmbio editorial, continuam a ser deveras incipientes. Mas a língua portuguesa não pode deixar de funcionar, nestes casos, como um importante instrumento estratégico, político, comercial, cultural e científico.

Uma língua apenas pode fazer valer a sua força pela informação e pelo conhecimento que veicula. Ora, essa força da língua, tanto deve

13 Retomo e reescrevo, até final, parte das páginas 249 e 250 do artigo que escrevi sobre “Revistas científicas de ciências da comunicação em Portugal: da divulgação do conhecimento à afirmação do Português como língua de pensamento” (Martins, 2012).

ser demonstrada pela imprensa escrita, pela rádio e pela televisão, como também o deve ser em termos literários e em termos científicos, culturais e artísticos. A produção editorial, particularmente a produção cultural, artística e científica, não pode descurar a comunicação eletrónica, dado o facto de a força de uma língua se medir, hoje, sobretudo, pelos conteúdos disponibilizados nesse meio. Contra o empobrecimento e a anemização da língua portuguesa, é hoje, pois, função de primordial importância na política editorial, cultural e científica, dos países que a falam, a escrita nesta língua.

O combate linguístico tem várias frentes. Mas tanto na comunicação social tradicional, como na comunicação eletrónica, deve ser disponibilizada em vernáculo a maior variedade de informação, literária, científica, cultural, visual, musical e económica, de modo que a língua portuguesa se torne acessível ao maior número de falantes, nativos e não nativos desta língua.

E é possível pensar mais além. Temos à partida 250 milhões de falantes de português. Ou seja, temos à partida 250 milhões de consumidores de produtos linguístico-culturais e artísticos: informação, literatura, pensamento, produções audiovisuais e digitais, música, televisão, cinema, jogos. Uma língua é humor e ironia, e é também elaboração de poesia, prosa literária e pensamento. Além disso, só numa língua materna é possível a expressão de sentimentos complexos, como a expressão artística, a reflexão filosófica e a manifestação espiritual e sentimental, que não cabem na linguagem simplificada que uma segunda língua pode permitir. Do mesmo modo que cabe à comunicação social e aos professores de língua e cultura empenharem-se nesse combate pelo fortalecimento da língua portuguesa, assim também é um desafio para os investigadores das ciências sociais e humanas do espaço lusófono empenharem-se no combate pela afirmação da sua diferença plural e pelo reconhecimento da diversidade dos povos e culturas que o constituem.

Referências

- BASTOS, N. (2006). "Apresentação". In: BASTOS, N. (org.). *Linguística Portuguesa. Reflexões Lusófonas*. São Paulo, Educ – IP/PUC, pp. 9-11.
- BRITO, R. e BASTOS, N. (2011). "Percepções da Lusofonia em portais governamentais". In: *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*. Coimbra, Grácio & Sopcom/CECS, pp. 105-119.

- BRITO, R. e MARTINS, M. L. (2004). "Considerações em torno da relação entre língua e pertença identitária no contexto lusófono". In: *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*. São Paulo, Lusocom – Federação Lusófona de Ciências da Comunicação, pp. 69-77.
- ; FACCINA, R. e BUSQUETS, V. (2007). "Comunicação intercultural no espaço lusófono. A música e a cultura brasileiras em Timor Leste". In: LEDO, M. (ed.) *Comunicación Local no Espazo Lusófono*. Santiago de Compostela, Asociación Galega de Investigadores/as en Comunicación, pp. 287-299.
- CASTELO, C. (1998). *O Modo Português de Estar no Mundo. O Luso-Tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*. Porto, Afrontamento.
- CASTRO, I. (2010). "As Políticas Linguísticas do Português". In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGÜÍSTICA, 25. Porto. *Anais – Textos selecionados...* Porto, APL, pp. 65-71.
- CENTRO DE ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE. Disponível em: <<http://www.comunicacao.uminho.pt/cecs/publicacoes.asp?startAt=2&categoryID=1056&newsID=4229>>.
- CHACON, V. (2002). *O Futuro da Lusofonia*, Lisboa/São Paulo, Verbo.
- COUTO, M. (1993). Celebrar uma Cultura Mulata. *Notícias – Xipalapala Artes e Letras*, Maputo, ano II, n. 88, 20/12.
- (2007). "O nosso idioma. O Português de Moçambique". CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE O SERVIÇO PÚBLICO DE RÁDIO E TELEVISÃO NO CONTEXTO INTERNACIONAL: A Experiência Portuguesa, no âmbito dos 50 anos da RTP. Lisboa. *Anais...* Lisboa, Centro Cultural de Belém, 19 jun. 2007. Disponível em: <<https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/artigos/rubricas/idioma/lingua-portuguesa-cartao-de-identidade-dos-mocambicanos/1279>>. Acesso em: 12. fev. 2014.
- (2009). "Luso-Afonias. A Lusofonia entre Viagens e Crimes". In: *E se Obama fosse africano e outras Interinvenções*. Lisboa, Editorial Caminho, pp. 183-198.
- CUNHA, I. F. (2005). "Das imagens dos media aos media: fragmentos do espaço lusófono". In: *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*. São Paulo, Lusocom – Federação Lusófona de Ciências da Comunicação, pp. 9-31.
- ENDERS, A. (1995). *L'Afrique Lusophone*. Paris, Éditions Chandeigne.

- FARACO, C. A. (2012). "Lusofonia: utopia ou quimera? Língua, história e política". TÂNIA, L. et al. (orgs.). *ROSAE. Linguística, História, História das Línguas e Outras Histórias*, pp. 31-50.
- FIORIN, J. L. (2006). "A lusofonia como espaço linguístico". In: BASTOS, N. (org.) *Língua Portuguesa: Reflexões Lusófonas*. São Paulo, Educ, pp. 25-48.
- FONTANA, M. (org.) (2009). *O português do Brasil como língua transnacional*. Campinas, Editora RG.
- FREYRE, G. (1940). *O Mundo que o português criou*. 2a. ed. Lisboa, Edição Livros do Brasil.
- HUNTINGTON, S. (1996). *The Clash of Civilizations. Remaking of World Order*. Lisboa, Gradiva.
- LOURENÇO, E. (1999). *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem na Lusofonia*. Lisboa, Gradiva.
- LUSOCOM – FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES LUSÓFONAS DE CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO. Disponível em: <www.lusocom.org>.
- (1999). *Encontro Lusófono de Ciências da Comunicação – Investigação: Convergências e Desafios*, 3. Braga, 27-30 out. Disponível em: <www.lasics.uminho.pt/lusocom/>.
- MARTINS, M. L. (2006). "Lusofonia e Luso-tropicalismo. Equívocos e possibilidades de dois conceitos hiper-identitários". In Bastos, N. (org.). *Linguística Portuguesa. Reflexões Lusófonas*. São Paulo, Educ – IP/PUC, pp. 49-62.
- (2011). "Globalization and Lusophone world. Implications for Citizenship". In: PINTO, M. e SOUSA, H. (eds.). *Communication and Citizenship. Rethinking crisis and change*. (IAMCR Conference, 2010). Coimbra, Grácio/CECS, pp. 75-84.
- (2012). Revistas científicas de ciências da comunicação em Portugal: da divulgação do conhecimento à afirmação do Português como língua de pensamento. *Intercom*, v. 35-1
- (2014). "Língua Portuguesa, globalização e lusofonia". In: BASTOS, N. (org.). *Língua Portuguesa e Lusofonia*. São Paulo, Educ – IP/PUC, pp. 15-33.
- ; OLIVEIRA, M. e BANDEIRA, M. (2011). O "mundo português" da Exposição de 1940 em postais ilustrados. O global numa visão lusocêntrica. *Revista de Comunicação e Linguagens*, Lisboa, Relógio d'Água/CECL, 42.

- MARTINS, M. L.; SOUSA, H. e CABECINHAS, R. (2007). "Lusocom: Estudo das políticas de comunicação e discursos no espaço lusófono". In: LEDO, A. (ed.) *Comunicación Local no Espazo Lusófono*. Santiago de Compostela, Asociación Galega de Investigadores/ as en Comunicación, pp. 301-310.
- ; SOUSA, H. e CABECINHAS, R. (eds.) (2006). *Comunicação e Lusofonia: para uma abordagem crítica da cultura e dos média*. Porto, Campo das Letras.
- ; SOUSA, H. e CABECINHAS, R. (orgs.) (2007). *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*. Coimbra, Sopcom/CECS.
- ; SOUSA, H. e CABECINHAS, R. (orgs.) (2011). *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*. Coimbra, Sopcom/CECS.
- MOREIRA, A. (2000). "Revisitar Gilberto Freyre". In: MOREIRA, A. e VENÂNCIO, J. C. (orgs.). *Luso-tropicalismo. Uma Teoria Social em Questão*. Lisboa, Veja, pp. 17-22.
- (2004). O Regresso de Gilberto Freyre. *Instituto D. João de Castro. Roteiros*. Nova série – dez., n. 3. -
- NAMBURETE, E. (2006). "Língua e lusofonia: a identidade dos que não falam português". In: BASTOS, N. (org.). *Linguística Portuguesa. Reflexões Lusófonas*. São Paulo, Educ – IP/PUC, pp. 63-74.
- NGOMANE, N. (2012). Quem quer ser apagado? *Semanário Sol* – edição moçambicana, 6 jan.
- REVISTA COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE. Disponível em: <<http://revistacomsoc.pt>>.
- RIBEIRO, A. P. (2013). Para acabar de vez com a lusofonia. *Público* (Ípsilon), 18 jan.
- SILVA, L. (2005). "Qual o papel da Internet na promoção da (in)existência de laços entre os investigadores da comunidade lusófona?". In: *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*. São Paulo, Lusocom – Federação Lusófona de Ciências da Comunicação, pp. 189-204.
- e ABREU, J. (2003). "Cidades digitais – o novo 'urbanismo' potencial catalizador da lusofonia". In: *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*. São Paulo, Lusocom – Federação Lusófona de Ciências da Comunicação, pp. 57-75.
- SOUSA, J. P. e LIMA, É. (2006). "A cobertura do atentado contra a escola de Beslan em seis newsmagazines portuguesas e brasileiras". In: *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*. São Paulo: Lusocom – Federação Lusófona de Ciências da Comunicação, pp. 43-62.

- UNIVERSIDADE DO MINHO. Departamento de Ciências da Comunicação. (2005). *Conferência Internacional: Comunicação e Lusofonia*. Braga, 7 out. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20051226232858/http://www.comunicacao.uminho.pt/eve/conf_comlusofonia.htm>.
- VITÓRIO, B. (2003). "Lusofonia: proposta para a reinvenção de uma comunidade". In: *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*. São Paulo, Lusocom – Federação Lusófona de Ciências da Comunicação, pp. 11-23.
- (2005). "Identidade lusófona como proposta pedagógica". In: *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*. São Paulo, Lusocom – Federação Lusófona de Ciências da Comunicação, pp. 151-158.